

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Em março de 2021 foi apresentado o Plano de Prevenção de Manifestações de Discriminação nas Forças e Serviços de Segurança (PPMD). Passados mais de seis meses e em face da relevância da matéria importa fazer um primeiro balanço sobre as medidas adotadas.

Nestes termos, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e da alínea d) do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao governo, através do Ministério da Administração Interna o seguinte:

1. Qual o balanço geral de implementação do Plano?
2. Quais os critérios de avaliação que permitam, nas fases de seleção de candidatos/as às forças e serviços de segurança (FSS) e nas fases de formação e de exercício da função dos/as candidatos/as selecionados/as, a despistagem de atitudes/comportamentos/traços ou características de personalidade que tendem a distanciar-se dos valores inerentes ao Estado de Direito e à defesa dos direitos humanos?
3. Os recentes alistamentos já tiveram presente o objetivo de aumentar o recrutamento de candidatas nas forças de segurança?
4. - Que medidas foram tomadas para a alteração dos currícula dos cursos ministrados nas FSS (ao nível do ingresso e na formação contínua), no sentido do reforço do tratamento das matérias relacionadas com o combate à discriminação e da efetivação de alterações tidas como necessárias?
5. Quantas e onde foram realizadas ações de formação avulsas junto dos estabelecimentos de ensino das FS e/ ou dos efetivos subordinadas à temática do combate à discriminação?
6. Que medidas foram adotadas para definir boas práticas na utilização das redes sociais pelos membros das FSS relacionadas com a prevenção de manifestações de discriminação?
7. Qual a situação em relação à criação em cada FSS da figura do/a Oficial de Direitos Humanos? Quantos nomeados? Quantos em funções?
8. Estão definidas as atribuições do/a Oficial de Direitos Humanos e dos procedimentos inerentes à respetiva intervenção?

Palácio de São Bento, 7 de outubro de 2021

Deputado(a)s

ANTÓNIO FILIPE(PCP)